



Plurilinguismo em risco: o lugar do espanhol nas políticas linguísticas e educacionais brasileiras

Plurilingualism at risk: The status of Spanish in Brazilian language and educational policies

Luan da Silva SANTOS¹

RESUMO: Nesta pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e interdisciplinar, destaca-se a importância crucial de preservar o ensino da língua espanhola nas escolas brasileiras, especialmente após sua transição de disciplina obrigatória para optativa no currículo da educação básica. Discutem-se os desafios decorrentes da transição do espanhol de disciplina obrigatória para opcional, enfatizando a necessidade de sua inclusão no currículo para fomentar a integração entre os povos latinos e enriquecer o desenvolvimento linguístico e cultural dos alunos. Também é abordada a influência de questões políticas e de poder que promovem a predominância do inglês sobre o espanhol. A revisão bibliográfica abrange estudos de Linguística Aplicada e Política Linguística, destacando a remoção do espanhol mediante uma medida provisória e algumas ações que corroboraram na manutenção do ensino da disciplina em alguns estados. Os estudos mencionados incluem autores como Malta (2013), Moita Lopes (2015), Grees (2019) etc. Os resultados destacam uma série de fatores que contribuíram para a secundarização da disciplina no currículo, incluindo a ênfase no empreendedorismo e valores capitalistas na educação, a ausência de representatividade cultural e a persistência de uma cultura homogênea. No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, buscou-se realizar uma análise teórica do ensino de espanhol no Brasil, identificar as razões para sua remoção como disciplina obrigatória, destacar as principais consequências dessa mudança, listar os argumentos que enfatizam a importância do espanhol na educação básica brasileira e investigar as ações e movimentos que visam reverter a situação atual do ensino do espanhol no país. Finalmente, são apresentadas algumas ações e propostas destinadas a fortalecer a presença do espanhol no cenário educacional brasileiro e conclui-se que a permanência do ensino de espanhol na educação básica brasileira depende de ações articuladas entre diferentes setores. É necessário envolver a comunidade escolar em campanhas de valorização da língua, fortalecer movimentos e associações e incentivar o apoio acadêmico das universidades e promover parcerias e intercâmbios com países hispânicos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de espanhol. Ensino Médio. Linguística Aplicada. Políticas Linguísticas. Plurilinguismo.

ABSTRACT: This bibliographic research, with a qualitative and interdisciplinary approach, highlights the crucial importance of preserving the teaching of the Spanish language in Brazilian schools, especially after its transition from a mandatory to an optional subject in the

¹ Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba - Brasil. luan.santos07@hotmail.com

basic education curriculum. The study discusses the challenges arising from this change, emphasizing the need for its inclusion to foster integration among Latin American peoples and to enrich students' linguistic and cultural development. It also addresses the influence of political and power dynamics that sustain the predominance of English over Spanish. The literature review encompasses studies in Applied Linguistics and Language Policy, highlighting the removal of Spanish through a provisional measure and actions that contributed to maintaining its teaching in some states. The studies cited include authors such as Malta (2013), Moita Lopes (2015), and Grees (2019), among others. The results reveal several factors that contributed to the marginalization of the subject in the curriculum, including the emphasis on entrepreneurship and capitalist values in education, the lack of cultural representation, and the persistence of a homogeneous culture. Regarding the research objectives, the study sought to carry out a theoretical analysis of Spanish teaching in Brazil, identify the reasons for its removal as a mandatory subject, highlight the main consequences of this change, list arguments that emphasize the importance of Spanish in Brazilian basic education, and investigate actions and movements aiming to reverse the current situation of Spanish teaching in the country. Finally, it presents actions and proposals to strengthen the presence of Spanish in the Brazilian educational context, concluding that the permanence of its teaching depends on coordinated efforts among various sectors. It is necessary to engage the educational community in campaigns to value the language, strengthen movements and associations, encourage academic support from universities, and promote partnerships and exchanges with Spanish-speaking countries.

KEYWORDS: Spanish teaching. High school. Applied Linguistics. Language Policies. Plurilingualism.

Artigo recebido em: 20.07.2024

Artigo aprovado em: 15.10.2025

1 Introdução

O ensino de língua espanhola no Brasil tem enfrentado obstáculos ao longo de sua trajetória devido às constantes tentativas de excluí-la como disciplina obrigatória do currículo da educação básica. No entanto, estudiosos do universo das linguagens, bem como professores de espanhol e de outras áreas, têm reivindicado a importância dessa disciplina. Através do ensino do espanhol, é possível promover a integração entre os povos latinos, bem como o desenvolvimento linguístico, comunicativo, literário e intercultural dos alunos, permitindo que eles compreendam outras culturas e ampliem sua visão de mundo.

É importante ressaltar que o ensino de línguas estrangeiras (LEs) no Brasil sempre esteve relacionado a questões políticas e de poder. Segundo Grees (2019, p.

105) “currículo é também uma ferramenta utilizada nas formas de representação, porém está vinculado aos significados, de um poder hegemônico, que predominam na nossa história e discriminam diversas classes, excluindo os que são diferentes”. Um exemplo claro disso é a tendência de impor o inglês como a única língua estrangeira obrigatória no currículo, enquanto o espanhol permanece em posição secundária. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 3/2018, que trata da formação geral básica na educação básica, a língua inglesa é prevista como componente obrigatório, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras de forma optativa, “preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino (Art. 11, § 4º, IX).”

Ainda neste documento observamos que este é o único momento em que a Língua Espanhola é mencionada, uma vez que a resolução pressupõe que esta possui um caráter secundário, sendo, portanto, necessário enfatizar apenas as habilidades que devem ser voltadas para o desenvolvimento da Língua Inglesa. Essa situação revela que o espanhol é considerado secundário em relação à ênfase dada exclusivamente ao desenvolvimento do inglês no Brasil. Nesse cenário, surge a indagação central deste estudo: No processo de implementação desse novo currículo, qual o lugar do espanhol nas políticas linguísticas e educacionais brasileiras?

A reflexão sobre essa problemática nos leva a pensar sobre currículo. O conceito de currículo está intrinsecamente ligado a questões de poder, pois vai além de um conjunto de conteúdos, habilidades e competências a serem desenvolvidos nos estudantes. Trata-se também de uma seleção de quais conhecimentos ensinar para atender a objetivos específicos, frequentemente relacionados ao contexto político, social e econômico de cada localidade. Conforme apontado por Malta (2013, p. 343), o currículo envolve relações de classes sociais, questões raciais, étnicas e de gênero, não se limitando apenas aos conteúdos.

Portanto, é fundamental refletir sobre quem são as pessoas responsáveis pelas decisões no campo educacional e com quais propósitos atuam. Muitas vezes,

percebemos que as escolhas são feitas para atender demandas capitalistas e impor o que é considerado superior, resultando na desconsideração e silenciamento de outras línguas e culturas no âmbito das linguagens. No entanto, essas línguas e culturas são igualmente importantes e essenciais para nossa identidade como latinos, além de contribuírem para o desenvolvimento integral do indivíduo, proporcionando habilidades e competências transversais.

Desta maneira, constata-se que diversas vertentes no âmbito da linguística, em especial, têm se voltado a investigação da mencionada problemática, a qual exerce uma influência direta sobre nossos laços com as nações vizinhas. Isso se deve ao fato de que a língua opera como um veículo de estreitamento de relações, tanto no âmbito das interações interpessoais quanto no contexto educacional. Este último cenário é especialmente relevante, visto que muitas vezes os estudantes são privados da oportunidade de expandir suas competências linguísticas e culturais devido à imposição unilateral de um idioma.

Além disso, observamos que a interação com a língua estrangeira em solo brasileiro tem experimentado uma expansão considerável, fruto do significativo influxo de indivíduos, em particular da Venezuela. As circunstâncias políticas e sociais desse país têm obrigado muitos a buscar melhores condições de vida no Brasil, e essa migração tem contribuído para o enriquecimento do panorama linguístico nacional. O encontro com a língua espanhola, antes frequentemente restrito às regiões limítrofes e ao turismo, adquiriu uma dimensão mais abrangente e profunda devido ao convívio diário entre brasileiros e falantes do espanhol.

Considerando os aspectos apresentados até o momento, como dito anteriormente, áreas da linguística têm se interessado pela temática em questão, ressaltamos especialmente as contribuições dos estudos realizados no campo da Linguística Aplicada (LA) e da Política Linguística. Dentro de seus objetos de interesse está a problemática da atual situação do espanhol no currículo. Esse ponto de debate

traz ameaças reais e prejuízos à diversidade linguística e cultural no Brasil, assim como à educação, aos estudantes e aos profissionais formados nessa área.

Diante disso, levantam-se os seguintes questionamentos como problemas de pesquisa: Quais são os principais prejuízos e consequências para a sociedade e a educação brasileira decorrentes da transição da obrigatoriedade do ensino do espanhol para um caráter optativo no currículo da educação básica? Quais são os principais argumentos que evidenciam a importância da permanência dessa disciplina no currículo? Quais ações têm sido desenvolvidas para garantir essa permanência e que caminhos poderiam contribuir para mudar a mentalidade das pessoas responsáveis pela elaboração do currículo, no que se refere à garantia da oferta e obrigatoriedade da disciplina?

Esses questionamentos visam aprofundar a compreensão dos impactos negativos resultantes da mudança na obrigatoriedade do ensino do espanhol, bem como destacar os argumentos que sustentam a importância de manter essa disciplina no currículo. Vale destacar, que a obrigatoriedade prevista em lei dizia respeito à oferta da disciplina no ensino médio pelas instituições de ensino, e não à matrícula obrigatória dos alunos, que sempre teve caráter opcional (Lei nº 11.161/2005). Além disso, busca-se investigar as iniciativas que estão sendo adotadas para assegurar a permanência do espanhol e identificar possíveis caminhos que possam contribuir para a mudança de mentalidade daqueles que elaboram o currículo, a fim de garantir a oferta e a obrigatoriedade dessa disciplina.

Não há dúvidas sobre a urgência e a necessidade de discutir o papel da língua espanhola no currículo escolar. Observamos que, assim como essa disciplina, outras áreas, especialmente as relacionadas às humanidades, também enfrentaram ameaças de apagamento. É evidente que a interdisciplinaridade, que é fundamental para o aprendizado, às vezes tem sido utilizada como justificativa para negligenciar conhecimentos específicos essenciais. Na tentativa de ensinar muitas coisas, corremos o risco de não ensinar nada. Podemos observar isso, por exemplo, na forma como os

novos livros didáticos, organizados por área de conhecimento, supostamente adequados ao novo ensino médio, estão estruturados.

Na condição de professor da educação básica, tenho observado que esses livros não apresentam conteúdos de língua espanhola nem conhecimentos relacionados a essa disciplina em nenhuma de suas partes. A partir do momento que se restringe o acesso ao conhecimento se retira também o direito, como observado por Grees (2019, p. 104) de: “Compreender melhor quem somos, a nossa história, a nossa língua, história, cultura” e continua seu argumento destacando o nosso compromisso político e social como professores ao afirmar que “cabe a nós reivindicarmos a liberdade discursiva para que os alunos tenham acesso a todos os tipos de conhecimentos e assim se reconheçam e se representem”.

Como docente de língua espanhola, sentimos a necessidade de refletir sobre esse tema e analisar o que os estudos produzidos, principalmente após a medida provisória (MP 746/2016), que tornou o espanhol uma disciplina optativa, dizem sobre as consequências e os prejuízos resultantes do que podemos chamar de exclusão do espanhol do currículo e da desvalorização do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Portanto, além de fornecer esclarecimentos sobre a atual situação da língua espanhola no contexto brasileiro, esta pesquisa contribui para a reflexão sobre a importância não apenas do ensino do espanhol, mas também do ensino de línguas estrangeiras como um conhecimento essencial para promover a educação plurilíngue e o sentimento de integração entre os povos latinos.

Além disso, esta pesquisa nos permite acessar conhecimentos relevantes sobre estudos linguísticos em geral, Linguística Aplicada e Política Linguística, a fim de compreender melhor sua abrangência e as direções que as pesquisas nesses campos têm seguido, e de que forma eles podem contribuir para a compreensão e reflexão do fenômeno que estamos analisando.

Também nos intriga, como professor de língua estrangeira, compreender a importância do ensino dessa língua, bem como a demanda dos estudantes por diversos

motivos, incluindo o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no qual, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 60% dos candidatos optam pelo espanhol.

Posto isso, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os motivos que levaram à retirada do ensino obrigatório da Língua Espanhola do currículo escolar, bem como analisar as principais consequências decorrentes dessa transição para um status optativo. Pretende-se também refletir sobre os pontos que justificam a importância do ensino do espanhol no Brasil e explorar as contribuições e prejuízos resultantes da desconsideração dessa disciplina. Além disso, busca-se identificar as principais ações realizadas com o intuito de garantir a permanência da disciplina no currículo. Quanto aos objetivos específicos trataremos de:

- Examinar os principais fatores políticos e educacionais que levaram à exclusão do espanhol como disciplina obrigatória.
- Discutir as implicações dessa mudança para a diversidade linguística, cultural e formativa dos estudantes.
- Identificar iniciativas e movimentos que buscam garantir a permanência e valorização do espanhol no currículo escolar.

2 Para além das fronteiras linguísticas: Linguística Aplicada, Política Linguística e o cenário do espanhol no Brasil

Na seção anterior, abordamos a influência e o aporte de disciplinas linguísticas que demonstram interesse na investigação dessa problemática. Isso ressalta que o debate tem capturado o interesse de um amplo conjunto de pesquisadores. Inicialmente, citamos tais campos de estudo, enfocando a Linguística Aplicada (LA) como um exemplo.

A LA é um campo de estudo que se desenvolveu no século XX em alguns países de língua inglesa, como Estados Unidos, Inglaterra e Austrália devido à necessidade do ensino de inglês para estrangeiros. Em Moita Lopes (2015, p. 12) vemos que a LA enfoca inicialmente o processo de ensino-aprendizagem de línguas, principalmente da

língua inglesa, e inclusive em certa medida atualmente ainda se relaciona com isso. No entanto, esse autor pontua que hoje essa disciplina possui um olhar interdisciplinar, a qual, segundo Rampton (1997; 2006 *apud* Moita Lopes, 2015, p. 12) “está se tornando um espaço aberto com múltiplos centros, no qual nos deparamos com modos diferentes de fazer LA”.

Assim, podemos citar como exemplo de investigações dentro da LA estudos sobre: bilinguismo, análise do discurso, multilinguismo na sociedade, política e planejamento linguístico, aquisição de segunda língua, língua de sinais, aprendizagem de segunda língua, estudos de letramento, formação de professor de línguas, metodologias de ensino etc.

A disciplina Política Linguística, está intrinsecamente relacionada à Linguística Aplicada, conforme mencionado por Severo (2013, p. 452). Sua origem provável remonta aos Estados Unidos e à Europa, assim como a Sociolinguística, que teve um marco importante no evento organizado por William Bright em 1964 na Universidade da Califórnia. A autora destaca que o conceito de Política Linguística é complexo e polissêmico, apresentando uma heterogeneidade do ponto de vista teórico e metodológico.

Além disso, Severo ressalta a influência dos diferentes contextos sócio-políticos na constituição dessa disciplina, visto que cada sociedade, seja ela estadunidense e europeia, tinha prioridades e abordagens distintas em termos teóricos e metodológicos. Ele identifica três perspectivas nos estudos da política linguística em contextos pós-coloniais: (1) Oficial, relacionada às decisões sobre o estatuto oficial das línguas; (2) Educacional, ligada ao ensino de línguas; e (3) Geral, referente às línguas usadas na comunicação de massa, negócios e relações com estrangeiros (Noss, 1971 *apud* Severo, 2013, p. 454).

Essa diversidade de abordagens e enfoques teóricos e metodológicos na Política Linguística destaca a complexidade dessa disciplina e sua relação estreita com o contexto social e político em que se insere. O entendimento dessas perspectivas

contribui para uma análise mais abrangente e contextualizada das políticas linguísticas adotadas em diferentes sociedades, considerando aspectos como o status oficial das línguas, o ensino de idiomas e o uso das línguas em diversas esferas da comunicação.

No âmbito dessas disciplinas que abordam a exclusão do espanhol do currículo, destaca-se a dissertação de mestrado de Paulino (2021) intitulada “A lei 11.191/2018 e o seu processo de criação a partir de uma análise político-linguística”. Além de revisar a Política e Planejamento Linguístico, a dissertação aborda a formação da lei que garantiu o ensino de Língua Espanhola na Paraíba, discutindo os argumentos que sustentam a legislação vigente.

Também citamos a pesquisa de Cervo, Martins e Petri (2018), intitulada “Contradição, luta, resistência: reflexões sobre a exclusão da língua espanhola do currículo do ensino médio brasileiro”, analisando a presença do espanhol na MP 746 e seus impactos. No estudo de Amaral *et al.* (2022), “Movimentos da APEMG pela reinclusão do espanhol no currículo das escolas”, são analisadas as atividades da Associação de Professores de Espanhol de Minas Gerais e do Movimento #FicaEspanhol, à luz dos estudos de políticas linguísticas, destacando sua luta pela reintrodução do espanhol no currículo escolar. No entanto, é importante observar que essas não são as únicas investigações disponíveis em repositórios universitários, periódicos e publicações; no entanto, as consideramos como estudos significativos para exemplificar a temática que estamos abordando.

Em Paulino (2018), apesar de seu foco de interesse recair sobre a lei do espanhol, o pesquisador faz uma trajetória do ensino de espanhol no Brasil, a qual comentaremos brevemente. O autor pontua que o ensino da Língua Espanhola no Brasil, desde sua introdução em 1919 no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tem sido um desafio. Em suas palavras, a disciplina de Espanhol foi criada em resposta à política de reciprocidade com o Uruguai, que já incluía o Português em seu sistema educacional.

Ele pontua ainda que a Lei 3.674/1919 instituiu a disciplina no Colégio Pedro II, porém, seu impacto inicial foi limitado devido à matrícula facultativa e carga horária

reduzida. Devido às mudanças sociais e econômicas que levaram à universalização da escola pública, criou-se a “Lei Rocha Vaz” (Decreto 16.782-A, de 1925), que dividiu o ensino secundário em ginásial e colegial, concedendo autonomia aos Conselhos Estaduais na criação de currículos. Sendo assim, disciplinas como Matemática e Português eram exigidas pelo Ministério da Educação, enquanto línguas estrangeiras, incluindo o Espanhol, eram determinadas pelos Conselhos.

O pesquisador comenta ainda que a integração econômica e cultural dos países latino-americanos impulsionou mais de dez projetos de lei no Congresso Nacional em prol do ensino do Espanhol. No entanto, o Inglês cresceu na educação, mesmo sem obrigatoriedade nacional. A lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 retirou a obrigatoriedade das línguas estrangeiras no ensino médio, o que contribuiu para o aumento da preferência pelo inglês e para proliferação de cursos particulares, conforme apontam estudos de Araújo e Montañés (2010).

Concordamos com o Paulino (2018) ao mencionar que essa hegemonia do Inglês reflete a dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos. Assim, o ensino de Espanhol no Brasil, marcado por desafios históricos e mudanças de prioridades linguísticas, continua a se desenvolver em meio a um cenário de escolhas educacionais e influências internacionais. Segundo alguns estudiosos, essas influências estão alinhadas com a noção do empreendedorismo e da formação de um indivíduo capitalista. A esse respeito, Guimarães (2017) afirma:

Observamos que o gesto político de valorização do inglês em detrimento do espanhol tem, como pano de fundo, talvez, um imaginário de sujeito que deva ser preparado para o mercado de trabalho em que impera a ideia do empreendedorismo, já que, em se tratando da forma-sujeito capitalista, não podemos deixar de considerar as condições de produção de um mundo globalizado (Guimarães, 2017 *apud* Cervo; Martins; Petri, 2018, p. 322).

Paulino pondera ainda que o espanhol ressurge na educação brasileira posteriormente devido à criação dos primeiros centros de Língua em Niterói e ao

estabelecimento do Mercosul em 1991. Ele também destaca a lei Darcy Ribeiro, de 1996, e menciona o interesse político da Espanha nesse processo. Finalmente, analisa a lei 13.415/2017, a qual, em suas palavras, foi frustrada pelo que chama de “golpe parlamentar” em 2016. Esse episódio, ocorrido na transição da então presidente Dilma Rousseff para o vice-presidente Michel Temer, culminou na Medida Provisória 746, que provocou alterações no currículo da educação básica e transformou a disciplina de Língua Espanhola em optativa.

Na pesquisa realizada por Cervo, Martins e Petri (2018), somos conduzidos a uma compreensão mais aprofundada desse processo de transição que buscou reformular o formato do ensino médio. Nas palavras dos autores, esse processo teve como propósito fundamental a criação de “uma formação menos focada em conhecimentos gerais e mais orientada para áreas específicas, com flexibilidade direcionada pelos interesses vocacionais dos estudantes” (Cervo; Martins; Petri, 2018, p. 320). Os autores também destacam que essa nova configuração tornou obrigatórias apenas as disciplinas de português, matemática e inglês. Esse debate é reforçado em Grees (2019), que destaca que

Um exemplo disso é a Reforma do Ensino Médio de 2017, que retira a obrigatoriedade de algumas disciplinas no ensino básico dos alunos, o currículo como resistência fazendo-os optar por certos conhecimentos em detrimento de outros. Sem a participação decisória da comunidade escolar representa, certamente, a continuidade da reprodução da homogeneização cultural (Grees, 2019, p. 103-104).

Nesse contexto de mudanças profundas no ensino médio, parte da sociedade inicialmente reagiu com uma aceitação notavelmente desfavorável. Sobre esse ponto, Cervo, Martins e Petri denunciam: “Há uma falsa aparência, em nome do nacional e do oficial, que remete os cidadãos à ideia de consenso, de direitos iguais para todos” (2018, p. 323). No entanto, tal resistência não impediu a implementação gradual dessas transformações, que ao longo do tempo foram efetivamente introduzidas no ambiente escolar. Entre as críticas de maior peso, destacou-se a ausência de diálogo efetivo com

a sociedade, particularmente considerando, conforme apontado pelos próprios autores, a fragilidade da infraestrutura nas escolas públicas brasileiras e a desvalorização dos educadores (2018, p. 320).

Não podemos deixar de recordar também que, em meio a esse cenário de ajustes, a disciplina de Língua Espanhola não estava sozinha na ameaça de exclusão completa do currículo. No entanto, sob nossa análise, essa disciplina parece ter recebido menor destaque durante esse processo de reconfiguração curricular em comparação a outras matérias que, como apontado pelos autores, posteriormente foram reintegradas ao currículo. Conforme Cervo, Martins e Petri:

Disciplinas como língua espanhola, artes, educação física, sociologia e filosofia foram arbitrariamente excluídas do rol do que deveria ser ensinado e, em alguns casos, forçosamente reincluídas no documento, conforme a repercussão pública, atualizando, no fio do discurso, um debate histórico sobre políticas de ensino e políticas de ciência, que muito revela sobre o modo pragmático como se administra e se gere a produção do conhecimento no Brasil: quais disciplinas devem ser ensinadas na escola e para que (ou para quem) elas servem? (Cervo; Martins; Petri 2018, p. 321).

Em resumo, podemos destacar que as mudanças profundas no ensino médio, além de provocar consequências evidentes ao conhecimento, nos leva também a questionar a falta de diálogo efetivo na construção de um currículo mais crítico, democrático e comprometido socialmente. Nesse contexto, a disciplina de Língua Espanhola, juntamente com outras matérias, passa por um processo de reconfiguração curricular que nos leva a refletir sobre questões mais amplas sobre o propósito da educação e sobre a necessidade de incluir ao invés de limitar. Esse cenário nos incentiva a continuar refletindo sobre a evolução do sistema educacional e suas implicações para o desenvolvimento da sociedade e das futuras gerações com relação, entre outras coisas, a promoção de uma educação plurilíngue.

3 Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar para investigar a mudança na obrigatoriedade do ensino do espanhol, tornando-o opcional no currículo da educação básica no Brasil. A metodologia consiste em realizar uma revisão de artigos, dissertações e outras fontes relevantes, a fim de proporcionar uma discussão sobre a situação do espanhol no contexto brasileiro, sendo, portanto, uma pesquisa bibliográfica. Nesse processo, incorporamos nossa perspectiva como professores de Língua Espanhola e expressamos nossas inquietações em relação a esse tema. Vale destacar que recorremos a dispositivos legais, como a Medida Provisória e leis estaduais, para contextualizar as políticas e diretrizes que conduziram à mudança na obrigatoriedade do espanhol no currículo.

Para atingir os objetivos propostos, nossa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, conforme Sampieri *et al.* (2014, p. 376), que enfatiza a compreensão aprofundada de fenômenos sob a perspectiva dos participantes inseridos em um contexto específico. A pesquisa qualitativa busca aprofundar a compreensão de pontos de vista, opiniões, experiências e significados inerentes aos sujeitos envolvidos. Além disso, ela abrange uma variedade de objetivos, como a exploração e compreensão de conceitos e fenômenos, frequentemente expressos através de verbos como descrever, compreender, analisar e descobrir. A pesquisa também investiga as motivações subjacentes aos fenômenos estudados, proporcionando um entendimento mais aprofundado e contextualizado.

Este estudo concentra-se no cenário educacional brasileiro, especificamente na educação básica, sob uma perspectiva interdisciplinar que engloba a política linguística, a educação e a linguística aplicada. Nosso trabalho se dedica a compreender as razões por trás da transição do espanhol para um status opcional, examina suas consequências e identifica argumentos que ressaltam a importância do ensino dessa língua. Além disso, investiga as iniciativas em andamento que buscam

garantir a permanência do espanhol no currículo escolar, sendo alguns destes pontos mais bem desenvolvidos nas seções subsequentes.

4 Língua espanhola na educação básica: uma aliança para a integração regional e o crescimento cultural

A partir das ideias apresentadas até o momento, chegamos a alguns resultados que nos permitem aprofundar a discussão e melhor compreender diversos aspectos relacionados à exclusão do espanhol do currículo escolar. Considerando os textos discutidos, bem como nossa compreensão das tentativas de eliminação da disciplina no novo cenário curricular brasileiro, identificamos que vários motivos estão interligados com as ameaças enfrentadas pelo ensino do espanhol. Um desses fatores principais está relacionado à persistente ênfase na promoção de uma abordagem educacional exclusivamente voltada para o empreendedorismo e a formação de indivíduos alinhados com princípios capitalistas.

Além disso, a vinculação do currículo escolar com questões de poder hegemônico, refletida na ausência de representatividade das diversas culturas e na exclusão das experiências de classe social, contribui para a ameaça à disciplina. A continuidade da reprodução da cultura homogênea também desempenha um papel significativo nesse contexto.

Adicionalmente, constatamos a disseminação de uma concepção errônea, a qual percebe o espanhol como uma “língua fácil” de aprender e, por portanto, desnecessária de estudo. Por último, porém considerando que existem também outras razões, destacamos uma nova ideia que tem sido propagada de maneira equivocada, que consiste em sugerir que a oferta do espanhol no currículo da educação básica poderia resultar na exclusão da disciplina de Língua Inglesa, como se fossem mutuamente excludentes, em vez de reconhecer a importância da manutenção de ambas as disciplinas de forma complementar.

Posto isso, é crucial ressaltar que as consequências do desaparecimento do ensino do espanhol do currículo, como previamente abordado, abarcam uma série de

impactos significativos. Em primeiro lugar, a remoção do espanhol limita o acesso dos alunos brasileiros a conhecimentos linguísticos e culturais que poderiam enriquecer sua compreensão da identidade latino-americana. Isso é fundamental, pois o Brasil compartilha uma variedade de elementos culturais, históricos e linguísticos com seus países vizinhos, e a exclusão do espanhol prejudica a formação de uma perspectiva regional mais abrangente.

Ademais, a restrição à diversidade linguística é um fator preocupante, uma vez que restringe as oportunidades dos estudantes de adquirir proficiência em mais de uma língua estrangeira, uma habilidade essencial em um mundo globalizado. O espanhol desempenha um papel fundamental nas relações diplomáticas e comerciais do Brasil com outros países latino-americanos, e sua exclusão tem o potencial de prejudicar essas relações estratégicas.

A limitação da compreensão cultural é outra implicação relevante, uma vez que o Brasil compartilha muitos aspectos culturais e históricos com os países latino-americanos. Portanto, a exclusão do espanhol poderia resultar em uma menor apreciação da diversidade cultural da região. Além disso, no contexto de um mundo globalizado, o conhecimento de várias línguas é uma habilidade valiosa e diferenciadora no mercado de trabalho.

Portanto, a ausência do espanhol no currículo poderia colocar os estudantes brasileiros em desvantagem na busca por oportunidades profissionais. Entre outros aspectos, a exclusão do espanhol do currículo escolar não apenas restringiria o acesso a conhecimentos linguísticos e culturais, mas também teria implicações para as relações diplomáticas, a compreensão cultural, a diversidade linguística e as perspectivas profissionais dos estudantes brasileiros.

4.1 Mantendo viva a chama do espanhol nas escolas: a importância da manutenção da disciplina de língua espanhola no currículo da educação básica.

É imprescindível enfatizar a importância da inclusão do espanhol como componente essencial do currículo educacional brasileiro. Tal iniciativa fomenta a integração com as nações vizinhas, estimulando a colaboração e fortalecendo as relações interamericanas. Essa abertura para o idioma espanhol promove não apenas o comércio e o turismo, mas também a mobilidade acadêmica e cultural, enriquecendo a experiência educacional e ampliando as oportunidades de colaboração entre os países latino-americanos.

Acrescentamos que o conhecimento do espanhol capacita os estudantes a se comunicarem eficazmente em diversas esferas da vida cotidiana. Além de facilitar a comunicação internacional, o estudo de uma língua estrangeira, como o espanhol, aprimora a compreensão metalinguística da língua materna, aprofundando a proficiência linguística e o entendimento das nuances da própria língua. Esse desenvolvimento linguístico contribui para uma educação intercultural, tornando o indivíduo um agente social capaz de dialogar com outras culturas com respeito e tolerância, essenciais para a convivência em um mundo globalizado e diversificado.

A preparação para o mercado de trabalho é outra dimensão crucial a ser considerada. Em um cenário profissional cada vez mais global e competitivo, a proficiência em idiomas estrangeiros é um fator determinante na contratação, nas negociações e na participação em formações internacionais. Isso não apenas amplia as oportunidades de carreira, mas também atende às necessidades de um país que constantemente recebe visitantes e estrangeiros em solo nacional. Em resumo, manter o ensino do espanhol no currículo brasileiro não apenas fortalece as conexões internacionais, mas também enriquece a educação, melhora as habilidades linguísticas, promove a compreensão intercultural e prepara os estudantes para um mercado de trabalho global e diversificado.

Acrescentamos alguns argumentos favoráveis a manutenção do espanhol a luz dos trabalhos de Vale *et al.* (2017, p. 5), os quais sustentam que a manutenção da língua

espanhola no currículo enriquece o processo educacional dos estudantes e se configura como “um fator de inclusão social”, o qual faz com que estes alunos tenham mais oportunidades tanto na esfera cultural como também na esfera laboral, levando em conta que há muitas “empresas espanholas e latino-americanas” que poderiam abrir portas para estes estudantes.

5 Considerações finais

Levando em consideração tudo o que foi dito até o momento, apresentamos nesta seção nossas palavras conclusivas, retomando e tecendo alguns comentários com relação a propostas e atitudes que podem auxiliar na luta incessante pela permanência da disciplina de Língua Espanhola. Isso posto, destacamos que neste trabalho tratamos acerca dos obstáculos enfrentados pelo ensino da língua espanhola no Brasil, devido à transição de disciplina obrigatória para opcional, ressaltando que a sua permanência no currículo deve ser buscada, entre outros motivos, pela integração entre os povos latinos e o desenvolvimento linguístico, comunicativo, literário e intercultural dos alunos. Abordamos também aborda a influência das questões políticas e de poder nas políticas de ensino de línguas estrangeiras, na qual fizemos menção à predominância do inglês em detrimento do espanhol.

Na seção da revisão bibliográfica, fizemos menção a algumas disciplinas dentro do amplo campo da linguística que investigam a problemática do ensino de espanhol no Brasil, como a Linguística Aplicada (LA) e a Política Linguística. Um dos textos de maior destaque ressaltado nesta pesquisa foi a dissertação de Paulino (2021), a qual faz um recorrido pelo ensino da Língua Espanhola no Brasil e no viés da Política Linguística faz uma análise a respeito da lei que garantiu o ensino da língua espanhola no estado da Paraíba, bem como o processo de retirada dessa disciplina com a MP (MP 746/2016).

Trouxemos também à tona autores como de Cervo, Martins e Petri (2018), os quais abordam a exclusão do espanhol do currículo do ensino médio e suas

implicações e as mudanças no ensino médio de forma geral que impactou disciplinas, como artes, educação física, sociologia e filosofia, sendo estas ameaçadas de exclusão e posteriormente reintegradas. As referidas mudanças foram parte de uma reforma mais ampla no ensino médio, a qual até o presente momento recebe críticas sobre a falta de diálogo com a sociedade e a desvalorização dos educadores. Nesta seção traçamos um cenário que levanta a necessidade de reflexão contínua sobre o sistema educacional e seu impacto na sociedade e nas gerações futuras.

Com relação aos resultados da pesquisa, consideramos que os principais pontos abordados estiveram relacionados aos motivos interligados que contribuíram para a ameaça enfrentada pelo ensino de espanhol no Brasil, entre os quais, estão a ênfase na promoção do empreendedorismo e valores capitalistas na educação, a falta de representatividade cultural e a continuidade da reprodução de uma cultura homogênea. A ideia equivocada de que o espanhol é uma "língua fácil" também foi um dos pontos levantados e por último, mencionamos a uma noção errônea de que o espanhol e o inglês são mutuamente excludentes no currículo, quando na verdade são disciplinas que em conjunto contribuem para o plurilinguismo.

Além disso, também destacamos as consequências da exclusão do espanhol do currículo, em que pontuamos a limitação do acesso dos alunos a conhecimentos linguísticos e culturais que enriqueceriam sua compreensão da identidade latino-americana, a restrição à diversidade linguística e a desvantagem dos estudantes em um mercado de trabalho globalizado. Adicionalmente, apontamos prejuízos as relações diplomáticas e comerciais do Brasil com outros países latino-americanos, bem como a compreensão cultural e a apreciação da diversidade regional.

Finalizamos a referida seção comentando que para preservar o espanhol nas escolas brasileiras, é fundamental enfatizar sua importância na integração com as nações vizinhas, no desenvolvimento de habilidades de comunicação e na preparação para um mercado de trabalho global. Ressaltando, deste modo, alguns movimentos de resistência, como o da Associação de Professores de Espanhol do Estado da Paraíba e

o movimento #FicaEspanhol no Rio Grande do Sul, os quais desempenharam e desempenham um papel crucial na conscientização e na promoção do ensino do espanhol. Além disso, o envolvimento de instituições de ensino superior e esforços contínuos de professores de espanhol como elementos essenciais para manter viva a chama do espanhol nas escolas brasileiras.

Concluimos o presente estudo sublinhando que para contribuir com a permanência do ensino de espanhol na educação básica brasileira, é crucial adotar diversas estratégias. Primeiramente, é fundamental que a comunidade educacional, incluindo professores, alunos, e seus familiares, esteja envolvida em campanhas de conscientização sobre a importância do espanhol, destacando seu valor para a integração regional, a diversidade cultural e as oportunidades profissionais.

Igualmente é necessário fortalecer a mobilização de associações de professores de espanhol e grupos de resistência, como o movimento #FicaEspanhol, para pressionar políticos e autoridades educacionais a valorizarem a disciplina. O envolvimento de universidades e instituições de ensino superior também é um diferencial que pode contribuir para a luta, fornecendo apoio acadêmico e promovendo pesquisas que evidenciem os benefícios do ensino de espanhol.

É importante também ressaltar iniciativas que demonstrem o impacto positivo da disciplina, como programas de intercâmbio e parcerias com países de língua espanhola. No âmbito político, é fundamental promover a inclusão do espanhol no currículo, buscando apoio de legisladores e líderes educacionais.

Por fim, a promoção do espanhol como uma ferramenta de inclusão social e de enriquecimento cultural deve ser enfatizada para sensibilizar a sociedade como um todo. Essas ações e atitudes podem contribuir significativamente para assegurar a permanência do ensino de espanhol na educação básica brasileira e garantir o espaço de relevância que essa disciplina precisa ter no currículo educacional do nosso país.

Referências

- AMARAL, E. T. R. *et. al.* **Trilhas hispânicas por Minas Gerais**. Belo Horizonte: APEMG Editora, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361114853_Movimentos_da_APEMG_pela_reinclusao_do_espanhol_no_curriculo_das_escolas
- ARAUJO, C.; MONTAÑES, A. **O ensino de espanhol no Brasil: história de um processo em construção**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), [s. d.].
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 2018. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de julho de 2018.
- BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. **Estabelece a reforma do ensino médio**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de setembro de 2016.
- CERVO, L. M.; MARTINS, T. da S.; PETRI, V. Contradição, luta, resistência: reflexões sobre a exclusão da língua espanhola do currículo do ensino médio brasileiro. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 28, n. 57, p. 319-340, dez. 2018. DOI <https://doi.org/10.22409/cadlettrasuff.2018n57a610>
- GREES, M. F. Multiculturalismo e formação docente em espanhol: o currículo como resistência. **Matraga - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UERJ**, v. 26, n. 46, 2019, p. 98-121. DOI <https://doi.org/10.12957/matraga.2019.36422>
- MALTA, S. C. L. Uma Abordagem Sobre Currículo E Teorias Afins Visando À Compreensão E Mudança. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2013.
- LOPES, L. P. da M. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- LISBOA, E. C. S. **O Lugar do Espanhol no Ensino Médio: Um Estudo de Caso numa Escola Pública do DF**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- PAULINO, L. S. **A lei 11.191/2018 e o seu processo de criação a partir de uma análise político-linguística**. 2021. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- SAMPIERI H. R; FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, P. **Metodología de la investigación**. 6. ed. México: Mcgraw-Hill Education, 2014.

SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 2, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S1981-57942013000200006>

VALE, M. S. do; NASCIMENTO, G. R.; ANICÉZIO, G. F. C. O novo cenário político-pedagógico do ensino do espanhol no Brasil após a revogação da Lei 11.161/05. *In*: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO – JICE, 2017, Paraíso do Tocantins. **Anais...** Paraíso do Tocantins: Instituto Federal do Tocantins, 2017.